

O CORPO FEMININO INTEGRADO AO MEIO SOCIAL E AMBIENTAL: UMA ANÁLISE QUALI-QUANTITATIVA


INTEGRATING THE FEMALE BODY INTO THE SOCIAL AND ENVIRONMENTAL CONTEXT: A QUALITATIVE AND QUANTITATIVE ANALYSIS

Submissão:
05/04/2024
Aceite:
13/12/2024

Giulia Meneses Menon¹  <https://orcid.org/0000-0001-7384-8019>

Isabela Tatiane de Oliveira²  <https://orcid.org/0009-0002-8403-6934>

Daiane Aparecida Gonçalves³  <https://orcid.org/0009-0000-0871-9157>

Bruna Sayuri Matsumura Kanashiro⁴  <https://orcid.org/0009-0000-4555-0012>

Débora de Mello Gonçalves Sant'Ana⁵  <https://orcid.org/0000-0001-6116-3549>

Sônia Trannin de Mello⁶  <https://orcid.org/0000-0002-7279-8408>

Resumo

O artigo é resultado do projeto de pesquisa extensionista, contemplado pelo programa “Mulheres Paranaenses: Empoderamento e Liderança” da Fundação Araucária (CP 02/2022), cujo objetivo é compreender o perfil de 20 mulheres em acolhimento por uso abusivo de drogas psicoativas. Por meio de método quali-quantitativo, foi aplicado um questionário que abordou temas como anatomofisiologia dos sistemas reprodutivos, higiene menstrual e uso de absorventes naturais e ecológicos. Observou-se que 50% dos participantes enfrentaram dificuldades em entender o ciclo menstrual e 75% nunca refletiram sobre o impacto ambiental dos absorventes. A pesquisa destaca a importância de promover a educação em saúde e sustentabilidade, incentivando a autogestão reprodutiva feminina e o uso de práticas mais sustentáveis, promovendo a emancipação individual e social das mulheres.

Palavras-chave: Promoção de saúde; sustentabilidade; igualdade menstrual; higiene menstrual.

¹ Aluna de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá - UEM giuliammenon@gmail.com.

² Aluna de Graduação em Enfermagem da Universidade Estadual de Maringá-UEM isabelatatioliveira9@gmail.com

³ Aluna de Graduação em Medicina da Universidade Estadual de Maringá-UEM dgoncalves3005@gmail.com

⁴ Aluna de Graduação em Medicina da Universidade Estadual de Maringá-UEM kanashirobruna@gmail.com

⁵ Professora do Departamento de Ciências Morfológicas da Universidade Estadual de Maringá- UEM dmsgana@uem.br

⁶ Professora do Departamento de Ciências Morfológicas da Universidade Estadual de Maringá- UEM stmello@uem.br

Abstract

This article is the result of the outreach research “Women of Paraná: Empowerment and Leadership” program (CP 02/2022) which awarded a grant from the Araucária Foundation’s. It aims to understand the profile of 20 women in care for drug abuse. Using qualitative and quantitative methods, a questionnaire was responded by the participants on topics such as the anatomy and physiology of the reproductive systems, menstrual hygiene, and the use of natural and ecological pads. It demonstrated that 50% of the participants faced difficulties in understanding the menstrual cycle and 75% had never reflected on the environmental impact of pads. The research highlights the importance of promoting health and sustainability education, encouraging female reproductive self-management, and the use of more sustainable practices, promoting their individual and social emancipation.

Keywords: Health promotion; sustainability; menstrual equality; menstrual hygiene.

Introdução

A extensão universitária precisa ser compreendida como um processo educativo e revolucionário, tanto para a sociedade quanto para as instituições (Lisbôa-Filho, 2022) e deve, necessariamente, integrar a comunidade acadêmica com a sociedade, podendo ser desenvolvida de diferentes formas: programas, projetos, cursos ou serviços prestados (Dantas; Guenther, 2021).

A extensão, ao assumir papel de destaque no contexto universitário, coloca os estudantes em contato com diversas realidades e perspectivas (Deus, 2020) e, por meio do compartilhamento dos resultados produzidos, busca atender às demandas sociais existentes, de modo a possibilitar a emancipação dos indivíduos e a promoção do desenvolvimento das localidades (Paula, 2013).

O projeto de pesquisa extensionista “O empoderamento de pessoas que menstruam com vistas à igualdade, ao acesso e manejo da higiene, com impacto positivo no meio ambiente”, contemplado pelo programa “Mulheres Paranaenses: Empoderamento e Liderança” da Fundação Araucária (CP 02/2022), vem se ocupando com um tema socialmente relevante, mas negligenciado, que é a anatomofisiologia do corpo feminino integrada ao meio social e ambiental.

O termo empoderamento surgiu nos Estados Unidos ao longo dos movimentos de direitos civis, na década de 1960 (Cruz, 2019). No Brasil, a luta pelos direitos da mulher somente ganhou destaque nos anos 80 (Pinto, 2010). Contudo, ainda hoje verificam-se obstáculos e dificuldades que revelam a importância do estímulo e da inclusão do empoderamento feminino como forma de incentivar a adesão às práticas de saúde (França, 2022).

Outro termo utilizado para conceituar um fenômeno complexo, transdisciplinar e multidimen-

sional é a pobreza menstrual, fenômeno experienciado por meninas, mulheres, homens trans e pessoas não binárias, não só pela falta de acesso a recursos e infraestrutura, mas, sobretudo, pelas dificuldades de como fazer a gestão segura da menstruação e da saúde reprodutiva (UNFPA; UNICEF, 2021).

Ademais, a puberdade é época de mudança substancial na anatomia e fisiologia humanas, afetando também o desenvolvimento emocional e social, com implicações para a saúde física e mental na adolescência e idade adulta (Mendle; Turkheimer; Emery, 2007). Além de sintomas relacionados às flutuações hormonais, a fadiga e as alterações de humor incluindo tensão e humor deprimido são altamente prevalentes entre pessoas que menstruam, independentemente de contexto social ou pobreza menstrual (Wong; Khoo, 2010; Yonkers; Shaughn O'brien; Eriksson, 2008).

Educação em saúde, identificação e tratamento de distúrbios permitem o gerenciamento seguro e adequado da saúde menstrual (Smith et al., 2020). Já a estigmatização da menstruação e normas sociais arraigadas limitam o suporte adequado para pessoas menstruadas, sendo um desafio de política multissetorial, haja vista afetar também a escolaridade e educação (Rossouw; Ross, 2021).

Outrossim, ter acesso a produtos de higiene básica, analgésicos, espaços privados, limpos e seguros é essencial (Beksinski, 2020), já que proporciona bem-estar, fortalece a autoestima e promove inserção social, além de prevenir doenças e faltas à escola (Rossouw; Ross, 2021). Outra questão relevante é a falta de explicações sobre as opções de absorventes ecológicos disponíveis atualmente e o impacto dos absorventes higiênicos no ambiente, que é atualmente um sério problema ambiental (Crichton et al., 2012; Cousins, 2020), além de contribuir negativamente para a saúde e qualidade de vida de todas as pessoas (Rossouw; Ross, 2021; Tiaki, 2020).

Dentro deste cenário de desigualdade e desinformação, aliado a falhas no sistema de saúde pública brasileira, milhares de pessoas que menstruam são afetadas no que se refere à saúde, à educação, ao saneamento básico, à infraestrutura e ao controle de suas vidas sexual e reprodutiva, em virtude de terem infringidos seus direitos, que são garantidos pela constituição (UNICEF, 2017). Deste modo, fica explícito que a pobreza menstrual possui enorme complexidade e uma abrangência de tal ordem que se relaciona a uma lista extensa dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS, presentes na Agenda 2030 da ONU (UEMA, 2021).

Partindo dessa explanação, levanta-se o seguinte questionamento: qual o nível de conhecimento em um grupo de mulheres em situação de acolhimento institucional sobre a anatomia e fisiologia do aparelho reprodutor feminino e masculino, sobre o impacto dos absorventes descartáveis no ambiente e as opções ecológicas disponíveis?

Metodologia

Este estudo foi realizado na Associação Beneficente Casa de Nazaré, localizada na cidade de Maringá-PR, Organização da Sociedade Civil (OSC), do terceiro setor, que consiste em uma entidade sem fins lucrativos, a qual tem como missão promover o acolhimento e a recuperação de pessoas do sexo feminino, maiores de idade, inclusive gestantes e mães nutrizes. Conta com equipe multidisciplinar constituída por coordenadora, assistente social, psicóloga e psiquiatra.

As atividades desenvolvidas na Casa visam ações para a recuperação, (re)inserção familiar, comunitária e social, por meio de atividades multidisciplinares com atendimento integral institucional, moradia, alimentação, higienização e trabalho protegido para aquelas que necessitam ser retiradas de seu núcleo familiar/social em virtude do uso abusivo de substâncias psicoativas.

A Casa tem capacidade para acolher até 20 pessoas, as quais permanecem para tratamento durante, no mínimo, nove meses. Contudo, acolhem de forma voluntária, ou seja, mulheres que não queiram mais realizar o uso de substância, cada pessoa tem a escolha e o direito de sair a qualquer tempo, mesmo que o tratamento não tenha finalizado. Estipulou-se como método de inclusão que as participantes estivessem internadas na Casa e que, após explanação sobre os objetivos do projeto e leitura do Termo de Compromisso Livre e Esclarecido (TCLE), aceitassem participar.

Utilizamos o método quali-quantitativo (Duarte, 2010), cujo objetivo é identificar quantitativamente o nível de conhecimento, opiniões, impressões, hábitos e comportamentos, bem como, qualitativamente, ocupa-se com um tema ou objeto, buscando interpretá-lo em termos do seu significado. A análise considera a totalidade e não dados ou aspectos isolados.

Com o objetivo de desmistificar os temas anatomia do corpo feminino e masculino, o ciclo menstrual, opções ecológicas de absorventes, infecções sexualmente transmissíveis (IST), tensão pré-menstrual (TPM), entre outros, utilizamos o método de tempestade cerebral e roda de conversa, que tem se mostrado como importante possibilidade em virtude de se adaptar a qualquer cenário e nível de ensino (Monteiro; Barros, 2016; Carvalho, 2017), além de estimular a liberdade de expressão, senso crítico e reflexivo (Ferreira; Nunes, 2016).

Análise e coleta de dados

Como instrumento para a coleta de dados qualitativos e quantitativos, utilizamos um *survey*, elaborado pela equipe de pesquisa, contendo questões objetivas, baseadas na escala Likert (de 5 pontos), e discursivas, contemplando os seguintes aspectos: 1) identificação; 2) conhecimento e interesse sobre o ciclo e higiene menstrual; 3) conhecimento e interesse sobre prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e controle gestacional; 4) hábitos e atitudes em relação à saúde menstrual e reprodutiva; 5) barreiras econômicas e atitudinais em relação ao uso de absorventes; 6) hábitos e atitudes em relação à escolha de absorventes; 7) conhecimento e interesse acerca do impacto do descarte de absorventes no meio ambiente; 8) conhecimento e interesse sobre as opções ecológicas para a coleta do sangue menstrual.

Os *surveys* distinguem-se de acordo com sua finalidade, havendo, assim, dois desenhos básicos de pesquisas cabíveis a esse método: *Surveys* Interseccionais (corte-transversal ou *cross-sectional*) e *Surveys* Longitudinais (Duarte, 2010). Para a pesquisa proposta, utilizar-se-á um *Survey* Interseccional, já que os dados serão colhidos em um momento específico de uma amostra escolhida para descrever características de uma população, em uma mesma ocasião (Babbie, 1999).

Para a análise dos dados coletados neste estudo, utilizaram-se medidas de frequência absoluta e relativa (porcentagem), com o objetivo de avaliar quantitativamente as variáveis. Essa abordagem

permitiu verificar a distribuição das variáveis em termos de valores absolutos e relativos, possibilitando uma análise comparativa entre as categorias e identificando padrões e tendências. Os resultados foram discutidos considerando-se as diferenças observadas.

Aspectos éticos

É importante destacar que, antes da coleta de dados, o instrumento utilizado foi avaliado por doutores na área da saúde, educação e estatística, que avaliaram se o questionário necessitava de ajustes e se atendiam aos objetivos deste estudo. Posteriormente, foi submetido à análise do Comitê Permanente de Ética em Pesquisa com Seres Humanos da UEM, que emitiu parecer favorável (n. 5.766.704).

Além disso, todos os preceitos éticos e legais previstos nas Resoluções 466/2012, 510/2016 e 580/2018 do Conselho Nacional de Saúde, que regulam a condução de pesquisas com seres humanos, serão rigorosamente respeitados (Brasil, 2012; Brasil, 2016; Brasil, 2018). Destaca-se, ainda, que a realização deste estudo foi autorizada pela Associação Beneficente Casa de Nazaré, instituição onde ocorreu o projeto.

Resultados e discussão

Com base nos dados sociodemográficos, atingimos um público de 20 (100%) mulheres, com idade variando entre 20 e 60 anos, sendo que uma delas se identificou como transgênero, ou seja, não se identifica com o gênero que lhe foi atribuído no momento do nascimento. Quanto à raça, 13 (65%) consideram-se pardas, 4 (20%) negras e 3 (15%) brancas.

Em relação à escolaridade, 8 (40%) mulheres possuem ensino médio completo, 6 (30%) incompleto, 2 (10%) têm ensino fundamental completo e 1 (uma) (5%) incompleto. Ensino superior completo, uma (5%) pessoa e incompleto, duas (10%) pessoas. Quanto à necessidade de trabalhar para pagar as despesas, 11 (55%) responderam que sim, 7 (35%) não, e 2 (10%) marcaram a opção “talvez”. A renda da família variou de menos de um salário-mínimo, 5 (25%); de um a seis salários-mínimos, 8 (40%), e 7 (35%) não quiseram informar.

Todas são mães, 12 (60%) fizeram parto cesariana, 7 (35%) parto natural, 2 (10%) realizaram as duas vias de parto, e 1 (5%) tem um filho adotivo. Quanto ao número de herdeiros, 16 (80%) possuem dois ou mais filhos; 12 (60%) responderam que vivem sem parceiros, e 8 (40%) são casadas e/ou união estável.

Em nossa amostra, o gênero se destaca como importante marcador para a construção de políticas de promoção da equidade, já que atravessa diversos outros determinantes sociais e, muitas vezes, produz vulnerabilidades, sobretudo por sua articulação com a sexualidade e os papéis sociais. O Ministério da Saúde (2006) corrobora tais dados ao entender que o gênero, as desigualdades sociais, econômicas e culturais se revelam no processo de adoecer e morrer das populações e de cada pessoa em particular, de maneira diferenciada.

Ademais, o relatório sobre a situação da população mundial (UNFPA, 2022) demonstra que o número de mulheres que vivem em situação de pobreza é superior ao de homens, que as mulheres trabalham durante mais horas do que os homens e que, pelo menos, metade do seu tempo é gasto em atividades não remuneradas, o que diminui o seu acesso aos bens sociais, inclusive aos serviços de saúde.

Quando questionadas sobre aspectos relativos à anatomofisiologia do aparelho reprodutor feminino, 45% informaram que conhecem as estruturas anatômicas, mas 50% referiram não saber os motivos de uma pessoa com útero menstruar; 65% desconhecem as fases do ciclo menstrual; 50% não sabem dizer qual o período mais provável para uma gravidez e, 45% nunca sentiram necessidade de organizar/conhecer seu ciclo menstrual. Devido ao tabu acerca da menstruação, conseqüentemente podemos notar a falta de conhecimento sobre anatomia do próprio corpo.

Por outro lado, 55% afirmaram que nunca se expuseram a situações de risco para gravidez indesejada ou IST; 75% apresentam sintomas mensais de TPM e 65% não fazem nenhuma ação para minimizá-los, porque só os reconhecem depois de passada a menstruação; 42% afirmam que o período menstrual interfere negativamente na rotina diária e no bem-estar. Podemos observar o impacto que a falta de informações pode gerar na vida das mulheres. O corpo feminino apresenta demandas diversas que perpassam pelo ciclo menstrual e ambiente social onde está incluída. A assistência a essas necessidades deve ter como foco o acolhimento e a escuta sensível, pois posturas autoritárias e punitivas as afastam dos serviços prestadores de cuidados, algo que gera agravos e complicações à sua saúde (Silva; Pinheiro et al., 2021).

Sobre frequências em consulta médica de rotina para prevenção, 40% não têm rotina e 5% nunca foram ao ginecologista, contudo, 80% julgam importante ter uma rotina para exames ginecológicos. Para prevenção de IST, 55% marcaram camisinha masculina como método mais importante; 15% marcaram DIU e pílula anticoncepcional e 20% não souberam dizer.

O termo vulnerabilidade é empregado diante de algumas situações, nas quais as pessoas estejam expostas à ameaça ou ao dano físico e/ou emocional, todavia, com o compromisso mútuo, os indivíduos ou grupos vulneráveis têm maior perspectiva de superar as condições impostas (Freire, 2019), sendo notório que o acesso à educação direcionada para a saúde e para o autocuidado são essenciais para que se possa tomar decisões que impactam positivamente na qualidade de vida.

Complementando esses dados, Oliveira e Paiva (2007) lembram que mulheres dependentes de substâncias psicoativas se tornam mais vulneráveis a patologias decorrentes da alta ingestão de drogas e de vulnerabilidade. Deste modo, a invisibilidade sobre tais temas pode retardar o tratamento precoce e aumentar o risco para vários agravos sociais e de saúde.

Resultados de nossa pesquisa corroboram esses dados, já que 100% das mulheres entrevistadas entendem que as universidades devem estar engajadas e debater com a sociedade temas referentes aos cuidados da saúde íntima das pessoas que menstruam. Além de ser crucial tanto para a sociedade quanto para as instituições, ao desempenhar um papel central na vida universitária, a extensão expõe os estudantes a uma variedade de realidades e perspectivas. Por meio do diálogo, os resultados são obtidos, busca-se atender às necessidades sociais existentes, visando à emancipação dos indivíduos e ao desenvolvimento das comunidades locais (Deus, 2020).

Outrossim, 30% das entrevistadas não se sentem confortáveis em falar sobre temas referentes à menstruação. Dados da pesquisa revelam que 32% das mulheres já deixaram de frequentar ou de fazer algo durante este período, 58,8% em virtude de fluxo intenso e 35,3% por forte cólica menstrual. Estigmas herdados culturalmente levam algumas mulheres a acreditar que são inferiores e, conseqüentemente, acabam vivendo em um ciclo hostil e estéril que as impede de ocupar seus espaços na escola, no trabalho e na vida social, devido à ausência de boas condições para o cuidado da saúde menstrual, causando desconforto, insegurança e estresse, o que contribui para aumentar a discriminação e estigmatização (Ernandes, 2018).

Em relação ao conhecimento sobre menstruação e higiene menstrual antes de menstruar, 35% das entrevistadas responderam que não tiveram nenhuma orientação e 5% não se lembravam de ter recebido alguma informação. Em uma perspectiva mais atual, entende-se que a educação menstrual deve abranger as perspectivas biológica, emocional, social e as questões de sustentabilidade. Para isso, deve ser acessível a todas as pessoas, indistintamente, mas meninas devem, necessariamente, ser apresentadas ao tema antes da primeira menstruação, por meio do diálogo livre de estigmas e a partir de informações baseadas em evidências (Motta; Brito, 2022).

Sobre o fluxo menstrual, 45% responderam ter fluxo intenso; 60% referiram duração de cinco dias ou mais; 85% usam exclusivamente absorventes descartáveis interno e externo e metade delas utiliza mais de 13 absorventes por ciclo, com uma média de troca de dois absorventes por dia. Especialistas referem que, em média, deve-se fazer de três a seis trocas diárias para uma boa saúde menstrual (UNFPA; UNICEF, 2021).

Some-se a isso o fato de que absorventes descartáveis possuem, em sua composição (Souza, 2022), substâncias como parabenos, rayon e gel de poliacrilato, que podem interferir no sistema hormonal da mulher, além de que o manejo inadequado pode causar alergia e irritação e deixar a região da vulva suscetível à bactéria e vírus. Conseqüentemente, ocasionar infecções urogenitais ou uma condição que pode levar à morte, conhecida como Síndrome do Choque Tóxico.

Quando perguntadas sobre o destino e impacto dos absorventes no ambiente, 75% das entrevistadas nunca pensaram sobre esse assunto e 95% desconhecem o tempo que leva para a decomposição dos componentes plásticos dos absorventes no ambiente. Nenhuma delas sabe quanto paga de impostos quando compram um pacote de absorventes, mas entendem que esse item deveria ser obrigatório na cesta básica. Por outro lado, 70% não levam em consideração o preço na hora da compra e 73,7% responderam que o valor investido na compra de absorventes não impacta na vida da família.

Em relação às questões financeiras, podemos inferir, subjetivamente, que as afirmações das participantes relacionam-se mais com a necessidade de manter a autoestima e orgulho em meio a tantas questões difíceis que enfrentam no dia a dia, em razão da internação por uso de substâncias psicotrópicas. Ademais, quando o foco da investigação é o comportamento humano, é importante ter em mente os vieses de pesquisa (Kemmis; McTaggart, 2000) que demonstram que a forma como as pessoas falam ou respondem a uma pergunta não representa, necessariamente, como elas vivem e agem, de fato, no cotidiano.

Para minimizar esse tipo de viés, realizamos, ao longo das ações, a observação participante (Gondim, 2003), uma modalidade de observação bastante empregada em estudos de natureza antropológica e sociológica, que permite ao observador imergir no contexto social e se tornar um membro do grupo social investigado, compreendendo a relação entre o cotidiano e os significados atribuídos por esse grupo.

Sobre as opções ecológicas de absorventes, 70% das entrevistadas nunca ouviram falar; 5% utilizam absorventes de tecido algodão e 5% usam o coletor menstrual. Importante frisar que o impacto negativo dos descartáveis no meio ambiente inicia com a extração da matéria-prima, com o processamento que demanda água e energia e com o posterior descarte em lixões e aterros sanitários, contaminando e ocupando esse espaço, já que o plástico demora em torno de 400 anos para se decompor totalmente (Weber, 2023).

Além dos impactos citados, existe mais um problema que afeta diretamente pessoas de baixa renda ou em situação de vulnerabilidade, que é o acesso a estes absorventes. No Brasil, os descartáveis apresentam alta tributação e ainda são tratados como itens de higiene geral, o que alimenta e mantém a desigualdade menstrual (Motta; Brito, 2022).

É consenso que a sociedade capitalista é um sistema econômico que tem como premissa a acumulação de capital visando a obtenção de lucro, defendendo o direito à propriedade privada e pregando a liberdade econômica. Contudo, esse sistema nem sempre se encontra em harmonia com as necessidades de grupos vulneráveis e, em se tratando do item absorventes descartáveis, é comum encontrarmos divulgações que passam a mensagem de que o uso dos descartáveis é sinal de modernidade e até de superioridade, não levando em consideração a necessidade de resolver ou minimizar alguns dos problemas que envolvem a pobreza menstrual (Bobel, 2019).

O relatório “A pobreza menstrual vivenciada pelas meninas brasileiras” (UNFPA; UNICEF, 2022) relata que, por considerarmos o absorvente como um produto supérfluo ou, ainda, porque meninas de 10 a 19 anos não decidem sobre a alocação do orçamento da família, sobra pouca ou nenhuma renda para adquirir absorventes. Some-se a isso o desconhecimento sobre o cuidado da saúde menstrual que pode afetar mesmo as pessoas que não estão em situação de pobreza.

Com o objetivo de combater as desigualdades causadas pela pobreza menstrual e por meio das ações do Programa de Proteção e Promoção da Saúde e Dignidade Menstrual do Governo Federal (Lei 14.214/2021), o Ministério da Saúde passou a disponibilizar, em farmácias populares, absorventes para a população em situação de vulnerabilidade social em mais de 31 mil unidades credenciadas em todo país. Sem dúvidas, um importante avanço para garantir o acesso à dignidade menstrual, todavia, a implantação do programa nos municípios ainda é bastante lenta e precária, necessitando de ações efetivas direcionadas para as farmácias populares e de divulgação para a comunidade de interesse.

Outro dado importante a ser reforçado e lembrado é o que demonstra que a pobreza menstrual não se restringe somente à falta de produtos de higiene, mas engloba um conjunto de fatores como acesso à água e aos espaços privados, limpos e seguros para usar, trocar e descartar estes materiais em casa e nas escolas. Dados nacionais evidenciam que, aproximadamente, 732 mil meninas não

possuem acesso ao saneamento básico em seu domicílio, o que explica essa dificuldade no manejo adequado (UNFPA; UNICEF, 2021).

Contudo, é explicável que se agreguem cada vez mais tecnologias para remeter ao bem-estar das mulheres, enfatizando uma conotação negativa para a utilização de “pedaços de pano” como sinônimo da pobreza menstrual, uma impressão equivocada para todos os produtos feitos de tecido (Bobel, 2019). Na verdade, os absorventes de tecido e calcinhas menstruais não são pensados para o fim de uso improvisado, mas são soluções importantes e reutilizáveis para a garantia da higiene e saúde menstrual, reduzindo o problema do descarte de plásticos do meio ambiente, que também é um determinante de saúde.

Quando questionadas se usariam um absorvente ecológico, 85% das respondentes afirmaram que usariam, 10% não usariam e 5% marcaram que talvez usassem, evidenciando que investimentos em educação e divulgação podem ser um caminho promissor para ampliar o número de pessoas dispostas a rever suas escolhas em relação às opções de absorventes. As alternativas mais sustentáveis parecem ser, inicialmente, mais caras e assustam as pessoas, todavia, em médio e longo prazo, mostram-se mais viáveis (Ernandes, 2018).

São necessárias ações conjuntas que orientem sobre como usar e higienizar os absorventes reutilizáveis, pois na maioria das vezes há um anseio sobre os cuidados e se esses produtos são confortáveis ou não para a mulher. Rossouw & Ross (2021); Tiaki (2020) reforçam afirmando que a falta de informações sobre as opções de absorventes ecológicos disponíveis para venda e o impacto do descarte no meio ambiente contribuem negativamente para a saúde e qualidade de vida das pessoas.

Entretanto, é preciso cautela ao utilizar o discurso ambiental, pois em algumas situações discrimina o contexto de pessoas em situação de extrema vulnerabilidade social. Deste modo, reforça-se a importância de incorporar todas as soluções disponíveis para o cuidado menstrual adequado, entendendo as necessidades, contextos e manejos diferentes existentes, como apontado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS presentes na Agenda 2030 da ONU (UNFPA; UNICEF, 2021).

Considerações finais

A saúde da mulher é um campo multidimensional que abrange ampla gama de questões biológicas, sociais e ambientais. Ao longo do artigo, examinamos como esses fatores interagem e impactam a saúde feminina em diferentes estágios da vida.

Com base nos resultados obtidos, verifica-se a importância de abordar assuntos relacionados à saúde íntima das mulheres, no que diz respeito à menstruação, manejo e higiene menstrual, anatomofisiologia dos sistemas reprodutores feminina e masculina, absorventes descartáveis e ecológicos, saúde reprodutiva prevenção de IST e gravidez indesejada.

Ressaltamos com os próprios dados, segundo os quais 50% referiram não saber os motivos de uma pessoa com útero menstruar; 40% não têm rotina e 5% nunca foram ao ginecologista; 35% responderam que não tinham e 5% não se lembravam de ter recebido alguma informação antes de menstruar; sobre o destino e impacto dos absorventes no ambiente, 75% nunca haviam pensado sobre esse assunto e 95% desconhecem o tempo que leva para a decomposição dos componentes plásticos dos absorventes no ambiente. Nenhuma delas sabe quanto paga de impostos quando compram um pacote de absorventes, mas entendem que esse item deveria ser obrigatório na cesta básica.

Fica evidente com os dados que as participantes demonstraram desconhecimento sobre questões básicas de saúde, o que pode impactar negativamente sua saúde física e emocional. Nossas descobertas destacam a importância de uma abordagem holística na promoção da saúde da mulher. Reconhecemos que a saúde feminina não pode ser compreendida apenas em termos de função biológica, mas deve ser contextualizada dentro das complexas interações sociais, culturais e ambientais que moldam as experiências das mulheres.

Discutir fatores biológicos e estrutura anatômica influenciam a saúde e o bem-estar das mulheres, ao mesmo tempo em que reconhecemos a profunda influência do contexto social e ambiental. Normas culturais, desigualdades econômicas e questões ambientais desempenham papéis significativos na forma como as mulheres experimentam e respondem às suas necessidades de saúde.

Diante dos achados, é fundamental implementar medidas efetivas de educação em saúde para que mulheres tenham a oportunidade de conquistar a autogestão de seus ciclos reprodutivos, inclusive de forma sustentável. Isso requer ações em várias frentes, incluindo a promoção de políticas públicas e práticas clínicas que garantam igualdade de oportunidades, a desconstrução de estereótipos e a criação de espaços seguros e acessíveis para mulheres em todas as esferas e a proteção do meio ambiente. Além disso, sugere-se a busca por parcerias com organizações ou de empresas que forneçam absorventes ecológicos a preços acessíveis, ou materiais para a confecção deles.

A promoção de absorventes ecológicos pode não apenas beneficiar o meio ambiente, mas também contribuir para o bem-estar e a autonomia das mulheres na casa de reabilitação. Esta pesquisa destaca a importância de ouvir e atender às necessidades das mulheres em situação de reabilitação no que diz respeito aos cuidados menstruais. Ao fornecer acesso a absorventes ecológicos e promover a educação sobre sua utilização, podemos contribuir para a autonomia, saúde e dignidade dessas mulheres, enquanto trabalhamos para um futuro mais sustentável.

Nesse aspecto, o papel da extensão universitária, como um processo educativo e revolucionário que integra a comunidade acadêmica com a sociedade, contribui para o atendimento das demandas sociais existentes, para a emancipação dos indivíduos e dos acadêmicos, bem como o desenvolvimento das localidades.

A roda de conversa, além de aproximar, permite ouvir, sanar dúvidas, levar conhecimento científico e dividir experiências, pois consiste em uma ferramenta dialógica, não hierarquizada, o que permitiu às participantes, para além da prática da escuta e do falar, expressarem o que sentiam e como entendiam que o conhecimento deveria ser repassado, demonstrando capacidade de reflexão crítica. Além disso, a roda de conversa tem como objetivo superar mitos e desmistificar tabus, principal objetivo do trabalho realizado.

Em última análise, ao reconhecer e abordar essas complexas interconexões, podemos trabalhar para melhorar o bem-estar (saúde) de mulheres, capacitando-as a viver vidas plenas e saudáveis em todos os aspectos.

Agradecimentos

Agradecemos à Fundação Araucária Desenvolvimento Científico e Tecnológico do Estado do Paraná (FA), pelo apoio financeiro. À Universidade Estadual de Maringá (UEM), instituição que incentiva a pesquisa extensionista, e à Associação Beneficente Casa de Nazaré de Maringá - PR, local onde ocorreu a pesquisa e que acolheu a ideia, proporcionando a realização deste projeto.

Referências

- BABBIE, Barl. **Métodos de pesquisas de Survey/Earl Babbie**. tradução de Guilherme Cezarino. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999. 519p. (Coleção Aprender).
- BEKSINSKA, M.; WONG, R.; SMIT, J. Male and female condoms: Their key role in pregnancy and STI/HIV prevention. **Best Practice & Research Clinical Obstetrics & Gynaecology**, v. 66, dez. 2019.
- BOBEL, C.; FAHS, B. The Messy Politics of Menstrual Activism. In: BOBEL, C.; WINKLER, I.T.; FAHS, B.; HASSON, K.A.; KISSLING, E.A.; ROBERTS, T-A. (Eds.). **The Palgrave Handbook of Critical Menstruation Studies**. Singapore: Palgrave Macmillan, 2020. p. 151–169.
- BOBEL, C. Beyond dignity: a case study of the mis/use of human rights discourse in development campaigns. In: CHOWDHURY, E.; SRIKANTH, R. (eds.). **Interdisciplinary Approaches to Human Rights: History, Politics, Practice**. New York: Routledge, 2018. p. 297–311.
- BRASIL. **Lei nº 14.214, de 6 de outubro de 2021**. Dispõe a oferta gratuita de absorventes higiênicos e outros cuidados básicos de saúde menstrual, com vistas à promoção da dignidade menstrual [...]. Brasília, DF, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/d11432.htm. Acesso em: 02 fev. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres**. Plano Nacional de Políticas para as Mulheres. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Saúde e Vigilância Sanitária. **Ministério da Saúde disponibiliza absorventes pela Farmácia Popular**. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/2024/janeiro/ministerio-da-saude-disponibiliza-absorventes-pelo-farmacia-popular>. Acesso em: 9 mar. 2024.
- CARVALHO, J.M.N. Uma nova experiência pedagógica: utilização de estratégias think-pair-share em estudantes do curso de licenciatura em enfermagem. **Indagatio Didactica**, v. 9, n. 1, 2017.
- COUSINS, S. Rethinking period poverty. **The Lancet**, v. 395, n. 10227, p. 857–858, 14 mar. 2020. DOI: 10.1016/S0140-6736(20)30605-X.
- CRICHTON, J.; OKAL, J.; KABIRU, C.W.; ZULU, E.M. Emotional and Psychosocial Aspects of Menstrual Poverty in Resource-Poor Settings: A Qualitative Study of the Experiences of Adolescent Girls in an Informal Settlement in Nairobi. **Health Care for Women International**, v. 34, p.891-916, 2013. DOI: 10.1080/07399332.2012.740112.
- CRUZ, M.H.S. Empoderamento das mulheres. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, Paraíba, v. 14, n. 1, p. 14, 2019. Disponível em: <https://www.pbcib.com/index.php/pbcib/article/view/44887>. Acesso em: 12 dez. 2024.
- DANTAS, M.W. GUENTHER, M. **Extensão Universitária e Desenvolvimento Local Sustentável: uma revisão da literatura**. **Society and Development**, v. 10, n. 6, e23010615243, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd-v10i6.15243>.
- DEUS, S. de. **Extensão universitária: trajetórias e desafios**. Santa Maria: Ed. PRE-UFSM, 2020, 96p.
- DUARTE, A.W.B. Survey. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. (org.). **Dicionário: trabalho, profissão e condição docente**. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.
- ERNANDES, C.C. **A quebra de tabus sobre menstruação e práticas sustentáveis**. São Gabriel/RS, 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Biológicas) – Universidade Federal do Pampa, Campus São Gabriel, São Gabriel, 2018.

FERREIRA, M. T.; NUNES, P.A. Intervenção interativa como estratégia didática para solução de problemas de coesão e coerência. **Revista do GEL**, v. 13, n. 2, p. 55-78, 2016.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 60.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2019.

GONDIM, Sônia. **Grupos focais como técnica de investigação qualitativa**: desafios metodológicos. January 2003; *Paidéia* (Ribeirão Preto) 12(24):149-161. DOI: 10.1590/S0103-863X2002000300004

KEMMIS, Stephen; McTAGGART, Robin. Participatory action research. In: DENZIN, Norman K.; LINCOLN, Yvonna S. (org.). **Handbook of qualitative research**. 2. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2000. p. 567-605.

LISBÔA-FILHO, F.F. **Extensão Universitária**: Gestão, comunicação e desenvolvimento regional. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2022.

MENDLE, J.; TURKHEIMER, E.; EMERY, R.E. Detrimental psychological outcomes associated with early pubertal timing in adolescent girls. **Developmental Review**, v.27, p.151-171, 2007. doi: 10.1016/j.dr.2006.11.001

MONTEIRO, A.; BARROS, R.M. As tecnologias da informação e da comunicação e o desenvolvimento de estratégias de resolução de problemas em estudantes do ensino superior da área da saúde. **EaD em foco**, v. 6, n. 3, 2016.

MOTTA, M.C.; BRITO, A.P.R. Pobreza menstrual e a tributação dos absorventes. **Confluências - Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 24, n. 1, p. 33-54, 1 abr. 2022.

OLIVEIRA, Jeane Freitas de; PAIVA, Mirian Santos. Vulnerabilidade de mulheres usuárias de drogas ao HIV/AIDS em uma perspectiva de gênero. **Escola Anna Nery Revista de Enfermagem**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 4, p. 625–631, dez. 2007. DOI: 10.1590/S1414-81452007000400011.

PAULA, J.A. A extensão universitária: história, conceito e propostas. **Interfaces**, v.1, n.1, p.5-23, 2013.

PINTO, C. R. J. Feminismo, História e Poder. **Rev. Sociol. Polit.**, Curitiba, v. 18, n. 36, p. 15-23, jun. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782010000200003>. Acesso em: 13 nov. 2023.

ROSSOUW, L.; ROSS, H. Understanding Period Poverty: Socio-Economic Inequalities in Menstrual Hygiene Management in Eight Low-and Middle-Income Countries. **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 18, n. 5, art. 2571, 2021. <https://doi.org/10.3390/ijerph18052571>.

SANT'ANA, D. M.G. **Extensão universitária no tempo e no espaço**. Curso de formação para ações articuladoras do tripé ensino, pesquisa e extensão nas universidades paranaenses – Módulo 1 (Apostila). UEPG. 2023.

SILVA, J.; PINHEIRO, H. et al. Educação em saúde sobre autocuidado íntimo e ISTs para mulheres em situação de vulnerabilidade. **Revista Enfermagem Digital Cuidado e Promoção da Saúde**, v. 3, n. 2, 2021.

SMITH, A.D.; MULI, A. et al. National Monitoring for Menstrual Health and Hygiene: Is the Type of Menstrual Material Used Indicative of Needs Across 10 Countries? **Int. J. Environ. Res. Public Health**, v. 17, 2633. 2020.

SOUZA, M. G. M. **Percepções acerca do uso dos absorventes convencionais descartáveis e absorventes ecológicos de pano.** Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal Rural da Amazônia, Capanema, 2022.

TIAKI, KAI. National group adopts bicultural leadership. **Nursing New Zealand**, v. 26, n.5, jun. 2020.

UEMA. **Programa Meninas, Mulheres e os ODS.** Disponível em: <https://ods.uema.br/publicacoes/programa-meninas-mulheres-e-os-ods/>. Acesso em: 15 mar. 2023.

UNFPA. **Relatório Situação da População Mundial 2022: Vendo o invisível.** Disponível em: <https://brazil.unfpa.org/pt-br/publications/situacao-da-populacao-mundial-2022>. Acesso em: 18 ago. 2023.

UNFPA; UNICEF. **Pobreza menstrual no Brasil: Desigualdades e violações de direitos.** Brasília: UNFPA; Rio de Janeiro: UNICEF, 2021. Obtido em: <https://www.unicef.org/brazil/relatorios/pobreza-menstrual-no-brasil-desigualdade-e-violacoes-de-direitos>. Acesso em: 18 ago. 2023.

YONKERS, K.N.; SHAUGHN O'BRIEN, P.M.; ERIKSSON, E. Premenstrual syndrome. *The Lancet*, v. 371, n. 9619, p. 1200–1210, 5 abr. 2008. DOI: 10.1016/S0140-6736(08)60527-9.

WEBER, J. Os impactos dos absorventes descartáveis para o meio ambiente. **Centro de Ciências Naturais e Exatas - CCNE**, 3 fev. 2023. Disponível em: <https://www.ufsm.br/unidades-universitarias/ccne/2023/02/03/os-impactos-dos-absorventes-descartaveis-para-o-meio-ambiente>